



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-20.../.....

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../202...

1/2

MINUTA ATA PADRÃO FORNECIMENTO COM INSTALAÇÃO – COM CONTRATO

A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO, com sede na Av. Almirante Barroso, 78 - 13º andar – Centro - Rio de Janeiro/RJ, CNPJ. nº 05.424.540/0001-16, neste ato representada pelo Juiz Federal Diretor do Foro, na forma da legislação, doravante denominada **JUSTIÇA FEDERAL**, resolve, em face das propostas apresentadas no Pregão nº .../20..., registrar o preço da empresa abaixo identificada, classificada em primeiro lugar para o objeto da licitação, doravante denominada FORNECEDOR, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/02, Lei nº 12.846/13, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/14 e Decretos nº 3.555/2000, 7.892/13 e suas alterações e 10.024/19, mediante as cláusulas e condições a seguir:

FORNECEDOR:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Registro de Preços para eventual fornecimento e instalação de **painéis divisórios e respectivas portas, piso vinílico e execução de pinturas**, conforme especificado no Termo de Referência do Edital do Pregão acima referenciado, que integra a presente Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA:

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze)** meses, a partir da data da sua assinatura pela JUSTIÇA FEDERAL.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO QUANTITATIVO:

ITEM	MATERIAL A SER FORNECIDO CONFORME ESPECIFICAÇÃO	QUANT	PREÇO UNITÁRIO (R\$)

3.1 – No caso de redução dos preços praticados no mercado, o preço registrado poderá ser revisto mediante negociação entre o fornecedor e a JUSTIÇA FEDERAL, devendo o fornecedor ser liberado do compromisso assumido se a negociação for frustrada.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO:

4.1 - As aquisições serão efetuadas de acordo com as necessidades e conveniências da Justiça Federal, mediante emissão de Termo de Contrato, conformidade com o item 11.4 do Edital, correspondente à solicitação de fornecimento.

4.2 - Os licitantes que aceitaram a convocação do COMPRASNET para fornecimento dos bens/execução de serviços, nos mesmos preços do vencedor do certame, serão incluídos na Ata de Fornecimento do Cadastro de Reserva, que integra o presente ajuste.

Classificação documental: 30.01.02.02



Assinado com senha por RENATA DE ALBUQUERQUE RUFINO DO NASCIMENTO.
Autenticado digitalmente por ANA CRISTINA NOGUEIRA BRAZIL.
Documento Nº: 2789515.25717777-6303 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2789515.25717777-6303>



JFRJSEC20200009A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-20.../.....

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ... /202

2/2

4.3 - Os Fornecedores habilitados no Cadastro de Reserva, que se recusarem a fornecer bens ou serviços para os quais se registraram, estarão sujeitos às penalidades do Edital do Pregão mencionado no preâmbulo.

4.4 - O Fornecedor deverá manter durante toda a validade da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO:

5.1 – A presente Ata poderá ser cancelada nos termos do Art. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:

6.1 - O não cumprimento pelo Fornecedor de qualquer uma das obrigações do termo de Referência, ou das condições predeterminadas nesta Ata de Registro de Preços, sujeitá-lo-á às penalidades dispostas no item 12 do Edital do Pregão e no item 15 do Termo de Referência;

6.2 - O Fornecedor poderá ser responsabilizado pelo pagamento, a título de indenização, da despesa com a publicação no Diário Oficial da União, nos casos de rescisão contratual unilateral e demais penalidades, de acordo com o parágrafo 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 416 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO:

7.1 – A Ata de Registro de Preços será publicada no Diário Oficial da União, pela Justiça Federal, na forma de extrato, de acordo com o que determina do parágrafo Único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93 e no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, em conformidade com a Portaria nº RJ-PGD-2010/028 de 10/03/2010.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

8.1 - Para dirimir as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

E por estarem assim ajustados, assinam as partes a presente Ata.

(nome do Juiz) – Juiz Federal Diretor do Foro
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO

(nome do representante legal)
FORNECEDOR

Classificação documental: 30.01.02.02



Assinado com senha por RENATA DE ALBUQUERQUE RUFINO DO NASCIMENTO.
Autenticado digitalmente por ANA CRISTINA NOGUEIRA BRAZIL.
Documento Nº: 2789515.25717777-6303 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2789515.25717777-6303>



JFRJSEC20200009A



Processo: **RJ-EOF-2020/49**
Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020**

**EDITAL DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇOS**

Tipo	MENOR PREÇO	
Base Legal	Lei nº 10.520 de 17.7.2002 Decreto nº 3.555 de 8.8.2000 Decreto nº 10.024 de 20.09.19	Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 Lei nº 8.666, de 21.06.1993, subsidiariamente Decreto nº 7.892 de 23.01.13 Lei nº 12.846/13
Abertura das propostas	29/05/2020 , a partir das 13 (treze) horas (horário de Brasília)	
Local	https://www.comprasnet.gov.br	
Anexos	Anexo I (TERMO DE REFERÊNCIA) Anexo II (PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS) Anexo III (MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS) Anexo IV (MINUTA DE CONTRATO)	

1 - DO OBJETO:

1.1 - Registro de Preços, válido por **12 (doze)** meses, para eventuais para **fornecimentos e instalações de painéis divisórios e respectivas portas, piso vinílico e execução de pinturas**, conforme Anexo I (Termo de Referência).

OBSERVAÇÃO: Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão as interessadas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital

Observação: Caso as empresas não apresentem algum documento de habilitação, ou ainda, na fase de aceitação, alguma comprovação solicitada, impedindo a sua análise, conforme item 7.7 do edital, estarão sujeitas à aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com os Órgãos da União, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

2.2 – **Não** será permitida a participação de empresas:

- a) reunidas em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- b) concordatárias, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- c) suspensas temporariamente de participar em licitações e contratar com esta Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro – Seção Judiciária do Rio de Janeiro;
- d) declaradas inidôneas para licitar ou para contratar com a Administração Pública.

2.3 – Não poderá também participar da licitação, direta ou indiretamente, servidor ou dirigente da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

2.3.1 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme disposição do art. 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

2.4 – Somente poderá assinar Atas de Registro de Preço/Termos de Contrato a empresa vencedora da licitação, conforme o CNPJ registrado na ata da sessão do Pregão.



Processo:	RJ-EOF-2020/49
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020

Portanto, se a empresa participou do certame através da matriz, conforme o CNPJ registrado na ata da sessão do Pregão, somente a matriz será convocada para a assinatura.

Se a vencedora da licitação for uma filial da empresa, conforme o CNPJ registrado na ata da sessão do Pregão, somente a filial será convocada para a assinatura. O disposto acima também valerá no decorrer da vigência da Ata e para a emissão das Notas Fiscais/Faturas.

Excetua-se dos casos acima, aqueles em que a empresa comprovar existir legislação tributária diversa ou fato superveniente, o que deverá ser submetido à análise e deliberação posterior pela Administração.

2.5- Todos os documentos que forem apresentados, após solicitação, deverão ser apresentados preferencialmente em meio eletrônico e aqueles apresentados no suporte físico poderão ser eliminados após 90 (noventa) dias da juntada aos autos.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Os licitantes que participarão do Pregão na forma eletrônica deverão ser previamente credenciados perante o provedor do Sistema Eletrônico. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2- O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema eletrônico, no "site" <https://www.comprasnet.gov.br>

3.2.1- A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do Sistema, para imediato bloqueio de acesso.

3.2.2- A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado.

3.2.3- O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou a esta Seção Judiciária, promotora da licitação, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1 - Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, encaminhando a impugnação **através do email licitacoes@jfrj.jus.br. É aconselhável que a empresa entre em contato e confirme o recebimento da impugnação, através dos telefones (021) 3218 9751 / 9868.**

4.2 - Não serão consideradas alegações de não entendimento ou de interpretação errônea das condições fixadas para esta licitação, após o prazo definido no subitem 4.1.

5 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS

5.1 - O licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante.

5.2 - Após a divulgação do Edital no "site" oficial <https://www.comprasnet.gov.br>, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do Sistema eletrônico**, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.



Processo:	RJ-EOF-2020/49
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020

5.3 - Até a abertura da Sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

5.4 - Caberá ao licitante acompanhar as operações realizadas no Sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

5.5 - Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.6 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

5.7. – A ausência do envio de alguma documentação poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste edital.

5.7.1 – Caracterizada a situação acima referida, será designada data para a retomada dos trabalhos, devendo o Pregoeiro comunicar e convocar todos os participantes do certame. Na ocasião, o Pregoeiro procederá conforme disposto no item 7.4.1 deste edital.

Observação: Conforme o disposto no inciso IV do art. 9º do Decreto nº 7.892 de 23.01.13, fica estabelecido que somente serão aceitas cotações que atendam à totalidade da quantidade estabelecida para cada item, sendo desconsideradas cotações de quantidades inferiores às estabelecidas.

5.8 - A apresentação da proposta eletrônica da empresa implicam as seguintes condições:

a) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura deste Pregão;

b) Declaração expressa de que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão.

c) O preço ofertado deve conter apenas 2(duas) casas decimais, em moeda nacional. Caso, após o encerramento da fase de lances, a empresa vencedora tenha ofertado cotação com mais de 2(duas) casas decimais, as demais casas serão desconsideradas para efeito de aceitação da cotação.

d) Prazo de Execução/Entrega: Conforme Anexo I (Termo de Referência), podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57º, parágrafos 1º e 3º da Lei nº 8.666/93.

6 - DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - A partir do dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, será aberta, por comando do Pregoeiro, com a utilização de sua chave de acesso e senha, a divulgação das propostas recebidas, iniciando a etapa de lances.

7 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES – MODO DE DISPUTA ABERTO (Artigo. 32 do Decreto nº 10.024/19) – INTERVALO MÍNIMO DE LANCES DE R\$ 0,01)

7.1 - A partir do horário previsto no Edital, a Sessão Pública no “site” oficial <https://www.comprasnet.gov.br> será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.1.1 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.



Processo:	RJ-EOF-2020/49
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020

7.1.2 - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.1.3 - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na Internet.

7.1.4 - O Sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.2 - O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

7.3 - Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, com **VALOR UNITÁRIO POR ITEM**, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

7.3.1 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.3.2 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da Sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.3.3 - *O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante **não poderá ser inferior a 20 segundos** e os lances enviados em desacordo com o acima determinado, **serão descartados automaticamente pelo sistema**, em obediência à Instrução Normativa nº 3, de 16 de dezembro de 2011, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG).*

7.3.4 - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

7.3.5 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.3.6 - Durante a Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.3.7 - A etapa de lances da Sessão Pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

7.3.8 – Eventuais negociações serão realizadas por meio do Sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.3.9 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.4 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do Edital.

7.4.1 - Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

7.4.2 - Após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte **igual ou até 5% (cinco por cento) superior** à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:



Processo: **RJ-EOF-2020/49**
Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020**

7.4.2.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, **no prazo de 5(cinco) minutos**, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

7.4.2.2 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 7.4.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.4.3 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.5 - Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro poderá solicitar da respectiva licitante o encaminhamento da amostra, quando o objeto for o fornecimento de materiais, a qual deverá ser encaminhada para o endereço a ser indicado pelo pregoeiro no chat, quando da convocação, das 11 às 17 horas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da solicitação.

7.5.1 - Tal solicitação será feita, via “chat”, pelo Pregoeiro durante a sessão. Neste momento, também será estipulado o prazo para a reabertura da sessão e divulgação do resultado da análise da amostra. Durante o período de análise da amostra apresentada, a mesma ficará à disposição dos interessados em local que será oportunamente informado no chat. Neste mesmo ato, o pregoeiro divulgará os itens que serão objeto de análise na amostra a ser apresentada.

7.5.2 - A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo.

7.5.3 - Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, desmontados, instalados, conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem ao final da avaliação. Após a homologação do pregão, a empresa terá o prazo de 30 (trinta) dias para a retirada da amostra apresentada. Caso não o faça a SJRJ se reserva o direito de dar a destinação que achar conveniente para a mesma.

7.5.4 - Será rejeitada a amostra que:

- a) apresentar problemas de funcionamento durante a análise técnica;
- b) apresentar divergência a menor em relação às especificações técnicas da proposta;
- c) for de qualidade superior em relação às especificações constantes da proposta e estiver desacompanhada de declaração da licitante de que entregará os produtos de acordo com a amostra apresentada.

7.5.5 - Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, a licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no produto apresentado.

7.5.6 - Não será aceita a proposta da licitante que tiver amostra rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido.

7.6 – Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

7.7 – Caso seja necessário, durante a sessão do pregão, poderá ser solicitado à licitante o envio de catálogo/folder/manual/indicação de site ou qualquer outra forma que comprove o atendimento às especificações. Tal solicitação será feita pelo pregoeiro através do chat próprio do sistema Comprasnet e deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (duas) horas a contar do pedido no chat, sob pena de desclassificação. O envio da resposta deverá ser feito através do email licitacoes@jfrj.jus.br. Caso a licitante não encaminhe o que foi solicitado pelo pregoeiro, sob alegação de que o fabricante do produto cotado não possui catálogo/folder/manual/indicação de site ou qualquer outra forma que comprove o



Processo: **RJ-EOF-2020/49**
Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020**

atendimento às especificações, será solicitado á licitante, no chat, pelo pregoeiro, que confirme o atendimento das especificações e, caso a mesma não se pronuncie, será considerado como resposta positiva e na entrega do produto será verificada tal informação, estando a empresa passível de penalização se confirmado o não atendimento.

8 - DA HABILITAÇÃO

8.1 - A habilitação do licitante detentor da melhor oferta será verificada por meio do **Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF**, nos documentos por ele abrangidos, onde será comprovado através do Sistema “online” a **HABILITAÇÃO PARCIAL (Receita Federal, Dívida Ativa da União, FGTS, INSS, Receita Estadual)**. **As empresas não cadastradas no SICAF ou que possuam documentação vencida no mesmo, poderão encaminhar os respectivos documentos.**

8.1.1 – Caso seja necessário o envio de algum documento, o mesmo deverá ser inserido diretamente no Comprasnet ou ainda, encaminhado **para o e-mail licitacoes@jfrj.jus.br**, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** após solicitação expressa do Pregoeiro, no “chat” do Sistema Eletrônico.

Constitui, ainda, condição de habilitação a consulta que será feita pelo pregoeiro dos seguintes documentos, após o término da etapa de lances, respeitadas as mesmas condições acima:

- a) apresentação, pelas licitantes, da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, consoante Lei nº 12.440/2011, de 7 de julho de 2011 e disponível por consulta ao site: <http://www.tst.jus.br/certidao>.
- b) Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, conforme orientação do TCU, Acórdão 1793/11 – Plenário.
- c) Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ, conforme orientação do TCU, Acórdão 1793/11 – Plenário.
- d) **Atestado(s) de Capacidade Técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da execução de serviços **pela licitante**, de acordo com o item/grupo cotado, conforme item 5.1 do Termo de Referência, da seguinte forma:

d.1) Lote/Grupo 01 (itens 01, 02 e 03) – Fornecimento e instalação de divisórias com perfil em aço naval e painéis em miolo colméia e/ou incombustível, conforme item 5.2 do Termo de Referência (Anexo I);

d.2) Lote/Grupo 02 (item 04) – Fornecimento e instalação de piso vinílico colado, conforme item 5.3 do Termo de Referência (Anexo I);

d.3) Lote/Grupo 03 (itens 5 e 6) - Pintura de paredes e tetos, conforme item 5.4 do Termo de Referência (Anexo I)

8.2- As declarações exigidas nos subitens dispostos a seguir serão virtuais e deverão ser inseridas, obrigatoriamente, em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

8.2.1.1 - **DECLARAÇÃO** de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.

8.2.1.2 - **DECLARAÇÃO**, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 13 parágrafo 2º do Decreto 8.538/15, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;

8.2.1.3 - **DECLARAÇÃO** referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;



Processo: **RJ-EOF-2020/49**
Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020**

8.2.2- A documentação que tiver sido enviada através do fax ou por e-mail, por solicitação do pregoeiro, deverá ser encaminhada, posteriormente, por cópia autenticada, ou apresentada cópia simples acompanhada do respectivo original, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis a critério da Administração, no endereço do item 15.1, no horário de 11 às 17 horas. No caso de a empresa enviar tais documentos via Correios, deverá fazê-lo por carta registrada ou SEDEX, de forma que fique comprovada a data do envio dos referidos documentos, bem como seja possível rastrear a correspondência e identificar eventual extravio, sob pena de aplicação de penalidade pelo não cumprimento do prazo estipulado.

8.3 - É assegurado ao licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de apresentar a documentação atualizada.

8.4 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.

8.5 - Conforme o artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.5.1 - Conforme o artigo 43, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.5, implicará a inabilitação da empresa, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo convocadas as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a continuidade da licitação.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do Sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, se desejarem, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

9.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.3 - É assegurada aos licitantes vista imediata dos atos do Pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões.

9.4 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.5 - A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e, quando mantida, submetida à apreciação do Ordenador de Despesa.

9.6 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **Seção de Apoio à Licitação**, localizada no endereço constante no item 15.1 deste edital, nos dias úteis, no horário de 11:00 às 17:00.

10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro, sempre que não houver recurso.

10.2 - Havendo recursos, decididos os mesmos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Ordenador de Despesa adjudicará o objeto após divulgação.



Processo: **RJ-EOF-2020/49**
Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020**

10.3 - A homologação da licitação é de responsabilidade do Ordenador de Despesa e só poderá ser realizada depois de decididos os recursos, quando houver, ou após a adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, no caso de não haver recurso.

11 – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

11.1 - Após a homologação do resultado do presente certame, as licitantes classificadas em primeiro lugar serão convocadas para assinar a Ata de Registro de Preços, na forma da minuta constante do Edital. No caso da contratação ser formalizada apenas por Nota de Empenho, a mesma será encaminhada via email para a empresa.

11.1.1 – Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigida a apresentação do Contrato Social em vigor, em cópia autenticada em cartório competente ou cópia simples, acompanhada dos originais, autenticada por servidor da SJRJ e, se for o caso, de procuração para o signatário dando-lhe poderes para tal.

11.1.2- Será permitida a assinatura digital, desde que lastreada em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da Medida Provisória nº 2.200/2001. nos casos em que a possuir

11.2 - A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato deverá ser atendida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.3 - O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado, desde que a solicitação seja encaminhada durante o transcurso do interstício inicial, mediante apresentação de motivo justificado e aceito pela Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

11.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato ou receber a Nota de Empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer o objeto, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição.

11.5 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato será comprovada mediante consulta *online* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF, a qual deverá ser mantida pela empresa durante sua vigência, bem como a regularidade relativa aos Débitos Trabalhistas, que será verificada no site do emissor.

11.6 - Na hipótese de o vencedor da licitação não atender à exigência contida no subitem 11.5 ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou a receber a Nota de Empenho/Contrato, poderá a Administração convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preço ou retirar a Nota de Empenho.

11.6.1 – A empresa que, quando convocada, aceitar se registrar para integrar o Cadastro de Reserva estará obrigada a atender ao chamado da Administração para substituir o licitante vencedor, em caso de cancelamento nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7892/13 e na hipótese prevista no parágrafo único no art. 13, conforme disposto no art. 11, parágrafo 3º do referido decreto sob pena de ensejar a aplicação das sanções previstas no item 12 – Das Penalidades do presente Edital, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa

11.7 – Será considerada, como confirmação de recebimento da notificação, o Aviso de Recebimento (AR), o recibo dado no Ofício, o relatório emitido pelo aparelho de *fax*, a mensagem enviada por *e-mail* e a lavratura, pelo servidor responsável, certificando o recebimento do Ofício ou a recusa no seu recebimento.

11.8 - Caso conste da minuta de contrato administrativo a previsão de garantia, para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Seção Judiciária do Rio de Janeiro exigirá



Processo: **RJ-EOF-2020/49**
Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020**

da firma contratada a prestação de garantia, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do art. 56, da Lei 8.666/93, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato a ser firmado.

11.9- Os licitantes que aceitarem a convocação do Comprasnet para fornecimento dos bens, nos mesmos preços do vencedor do certame serão incluídos na Ata de Fornecimento do Cadastro de Reserva. Os Fornecedores habilitados no Cadastro de Reserva, que se recusarem a fornecer bens ou serviços para os quais se registraram, estarão sujeitos às penalidades do presente Edital.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - O não cumprimento pela licitante/contratada de qualquer uma das obrigações, dentro dos prazos estabelecidos por este Registro de Preços, sujeitá-la-á às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da lei nº 10.520/2002.

12.2 - As penalidades a que está sujeita a licitante/contratada inadimplente, nos termos da Lei no 8.666/93, são as seguintes:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento em contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.

12.2.1 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.3 - A recusa injustificada em assinar o Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela Administração, sujeita o adjudicatário à penalidade de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa estipulada no subitem 12.4.2.

12.4 - A inexecução total ou parcial do Registro de Preços/Contrato/Nota de Empenho poderá acarretar, a critério da Administração, a aplicação das multas, alternativamente:

12.4.1 - Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida.

12.4.2 - Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

12.4.3 - Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços/Contrato/Nota de Empenho, no caso de inexecução total do mesmo.

12.5 - A atualização dos valores correspondentes à multa estabelecida no item 12.4 far-se-á a partir do 1º (primeiro) dia, decorrido o prazo estabelecido no item 12.7.

12.6 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela fornecedora sujeitá-la-á à multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.



Processo: **RJ-EOF-2020/49**
Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020**

12.6.1 - A multa moratória estabelecida ficará limitada à estipulada para inexecução parcial ou total da Ata de Registro de Preços/Contrato/Nota de Empenho, nos termos do subitem 12.4.1.

12.6.2 - O período de atraso será contado em dias corridos.

12.7 - A multa deverá ser paga no prazo de 30 (trinta) dias, contados do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento da intimação por meio eletrônico.

12.8 - Caso a multa não seja paga no prazo estabelecido no item 12.7, deverá ser descontada dos pagamentos, ou, ainda, cobrada judicialmente, se for o caso.

12.9 - A atualização dos valores correspondentes às multas estabelecidas dar-se-á através do IPCA-E/IBGE, tendo em vista o disposto no art. 1º da Lei nº 8.383, de 30/12/91 ou de outro índice, posteriormente determinado em lei.

12.10 - A contagem dos prazos dispostos neste Edital obedecerá ao disposto no art. 110, da Lei nº 8.666/93.

12.10.01 – A contagem do prazo relativo às intimações para apresentação de defesa prévia e saneamento de pendências, bem como prazo para apresentação de recurso e pagamento de multa, relativos às intimações para ciência de empresas penalizadas nos processos administrativos no âmbito desta Seccional, iniciar-se-á no 1º dia útil subsequente ao recebimento pela contratada/licitante da intimação/notificação por meio eletrônico.

12.10.02 – A licitante vencedora deverá indicar endereço eletrônico para a comunicação entre a Justiça Federal e a contratada, mantendo-o atualizado, para o que se fizer necessário durante a execução do contrato.

12.11 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentadas pela IN nº 24-12, do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

12.12 - A licitante/contratada poderá ser responsabilizada pelo pagamento, a título de indenização, da despesa com a publicação no Diário Oficial da União, nos casos de rescisão contratual unilateral e demais penalidades, de acordo com o parágrafo 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 416 do Código Civil.

12.13- Além das penalidades acima, poderão ser aplicadas as constantes do item 15 do Anexo I (Termo de Referência).

13 - DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento à contratada será efetivado, por crédito em conta corrente, mediante ordem bancária, cuja data de emissão será considerada como data do pagamento. Para contratações com valor inferior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, em até 5(cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal e para as de valores superiores ao valor estabelecido no art. 24, inciso II de Lei 8.666/93, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo, salvo eventual atraso de distribuição de recursos financeiros efetuados pelo Conselho da Justiça Federal, decorrente de execução orçamentária, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições dos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e instruções normativas vigentes

13.1.1- No período acima não haverá atualização financeira.

13.1.2- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:



Processo: **RJ-EOF-2020/49**
Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020**

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

13.1.3 - Caso seja necessária a retificação da nota fiscal/fatura por culpa da fornecedora, a fluência do prazo será suspensa, reiniciando-se a contagem a partir da reapresentação da fatura retificada.

13.1.4 - A Seção Judiciária do Rio de Janeiro poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações.

13.1.5 - Será considerada como data do pagamento a data da emissão da Ordem Bancária.

13.2 – Para fins de pagamento da Nota Fiscal/Fatura discriminativa do material entregue/serviço prestado, será verificada a regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União). Será verificada, ainda, a regularidade junto à **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**.

13.3 – A empresa deverá comprovar a condição de optante pelo SIMPLES (Sistema Integrado de pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), mediante a apresentação da declaração indicada em ato normativo da Secretaria da Receita Federal e dos documentos, devidamente autenticados, que comprovem ser o signatário da referida declaração representante legal da empresa. A empresa que não apresentar tal comprovação de opção pelo SIMPLES, assim como as pessoas jurídicas não optantes pelo SIMPLES e aquelas que ainda não formalizaram a opção sofrerão a retenção de impostos/contribuições por esta Seção Judiciária no momento do pagamento, conforme disposto no art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, regulamentado por ato normativo da Secretaria da Receita Federal.

14 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1- As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste Registro de Preços, correrão à conta dos recursos consignados à Seção Judiciária do Rio de Janeiro, conforme o especificado a seguir:

Programa de Trabalho	Reforma dos Anexos I e II da SJRJ
Elemento de Despesa	4.4.90.51.91

14.2 – Caso haja empenhamento no exercício subsequente, as despesas decorrentes do fornecimento objeto da presente Ata, correrão à conta dos recursos alocados à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade a ser consignada à Seção Judiciária do Rio de Janeiro na Lei Orçamentária Anual.

15 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

15.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública, **através do email licitacoes@jfrj.jus.br** (sugerimos que, após, entre em contato pelo telefone 21 3218 9751 / 9868, para confirmar o recebimento do e-mail) **ou, ainda, poderão ser entregues na Av.**



Processo:	RJ-EOF-2020/49
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020

Almirante Barroso nº 78, 11º andar, Centro, Rio de Janeiro, na Seção de Apoio à Licitação, no horário de 11 às 17 horas.

15.2 - O presente Edital e seus ANEXOS poderão ser obtidos no endereço constante do item 15.1 ou no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br>

15.3 - Fica assegurado à Seção Judiciária do Rio de Janeiro o direito de, no interesse da Administração:

15.3.1 - Adiar a data de abertura das propostas da presente licitação, dando conhecimento aos interessados.

15.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes.

15.3.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão, desde que fixe novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis para abertura das propostas, a contar da publicação das alterações, exceto quando as mesmas não afetarem a formulação das propostas.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2020.

JOÃO BOSCO OLIVEIRA COELHO
Pregoeiro



Processo: **RJ-EOF-2020/49**
Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2020**

ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS

ITEM	Quantidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
1/G1	184	683,33	125.732,72
2/G1	2472 m2	405,00	1.001.160,00
3/G1	2469 m2	54,33	134.140,77
4	3900 m2	288,33	1.124.487,00
5/G2	3560 m2	81,00	288.360,00
6/G2	5300 m2	72,67	385.151,00
Total			3.059.031,49

Observação: O objeto será adjudicado à empresa que ofertar **o menor preço por item/Grupo**. Sendo assim, todos os itens de Grupo devem ser cotados sob pena de desclassificação, devendo todos os preços máximos serem respeitados.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA

1	OBJETO
	Contratação de empresa especializada, pelo sistema de Registro de Preços, na forma de contratação por menor preço global, pelo prazo de 12 (doze) meses, para fornecimento e instalação de painéis divisórios e respectivas portas, piso vinílico e execução de pinturas de acordo com as especificações técnicas, nos imóveis da Seção Judiciária do Rio de Janeiro localizados no município do Rio de Janeiro – RJ – Av. Rio Branco - Reforma dos Anexo I e II e Av. Venezuela - Reforma dos Blocos A e B. Também contempla o Fórum Octavio Kelly, em Niterói

2	LOCAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
	Avenida Rio Branco, nº 243, Anexo I e II, Rio de Janeiro - RJ
	Avenida Venezuela, nº 134, blocos A e B, Saúde, Rio de Janeiro - RJ
	Rua Coronel Gomes Machado, nº 73 / 75, Centro, Niterói - RJ

3	QUADRO QUANTITATIVO DOS ELEMENTOS ESPECIFICADOS			
3.1	Lote 01 - Painéis divisórios, portas e ferragens – fornecimento e instalação			
Item	Código SIASG	Descrição dos itens	Unidade	QTD
1/G1		Porta de divisória, perfis em aço na cor branco neve, revestida em chapa Formidur BP, laminado de baixa pressão, cor branco max e miolo Incombustível Isoplan-Fibraroc, ou similar (ver item A1 do Anexo A)	un	184
2/G1		Divisória em painéis cegos, montantes duplos e rodapés duplos em perfis em aço na cor branco neve, revestida em chapa Formidur BP, laminado de baixa pressão, cor branco max e miolo Incombustível, tipo Isoplan-Fibraroc, ou similar (ver item A2 do Anexo A)	m2	2472
3/G1		Desmontagem e retirada com bota-fora de divisórias. (ver item A3 do Anexo A)	m2	2469
3.2	Lote 02 - Piso vinílico – fornecimento e instalação			
Item	Código SIASG	Descrição dos itens	Unidade	QTD
1/G2		Fornecimento e instalação de piso vinílico, linha Rocky, ref. 303-KBW 8651, padrão Dali, dimensão 121,92 x 17,78 cm, espessura 3mm, fabricação Belgotex do Brasil, inclusive retirada de pisos em carpete, vinílico e laminado existentes, com despejo em bota-fora, preparação de base, inclusive de piso tipo korodur ou granilite, existentes, e colagem (ver item A4 do Anexo A)	m2	3900
3.3	Lote 03 - Serviços de pintura			





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Item	Código SIASG	Descrição dos itens	Unidade	QTD
1/G3		Pintura com tinta esmalte sintético solúvel em água, acabamento acetinado, Esmalte Seca Rápido marca Suvinil ou similar, aplicado sobre laminado melamínico existente, após preparação da base e aplicação de Fundo Seca Rápido, marca Suvinil ou similar (ver item A5 do Anexo A)	m2	3560
2/G3		Pintura com tinta esmalte sintético solúvel em água, Esmalte Seca Rápido, acabamento acetinado, marca Suvinil ou similar, para tetos, forro removível, proteção com lona plástica nas superfícies adjacentes e pisos. Inclusive pintura de perfis e bordas de luminárias, conforme especificações técnicas (ver item A6 do Anexo A)	m2	5300

4	OUTRAS PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL
4.1	Anexo A: Especificações Técnicas dos Materiais e Serviços
4.2	Anexo B: Planilha Orçamentária – em branco

5	ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA		
5.1	<p>Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório(s) do fornecimento e instalação, de piso, divisórias e execução de pintura pela(s) empresa(s) licitante(s), devendo o(s) atestado(s) apresentado(s) contemplar, para a habilitação, os seguintes serviços para cada lote:</p> <p>Lote 01 – Fornecedor e instalação de divisórias com perfil em aço naval e painéis em miolo colméia e/ou incombustível, conforme item 5.2;</p> <p>Lote 02 – Fornecedor e instalação de piso vinílico colado, conforme item 5.3;</p> <p>Lote 03 - Pintura de paredes e/ou tetos, conforme item 5.4.</p>		
5.2	<table> <tr> <td>Lote 01</td><td>Fornecimento e instalação de divisórias com perfil em aço naval e painéis em miolo colméia e/ou incombustível: 265,00m2 (aproximadamente 50% do total da área de divisórias para 02 pavimentos que poderão ser contratados/empenhados), em um único atestado;</td></tr> </table>	Lote 01	Fornecimento e instalação de divisórias com perfil em aço naval e painéis em miolo colméia e/ou incombustível: 265,00m2 (aproximadamente 50% do total da área de divisórias para 02 pavimentos que poderão ser contratados/empenhados), em um único atestado;
Lote 01	Fornecimento e instalação de divisórias com perfil em aço naval e painéis em miolo colméia e/ou incombustível: 265,00m2 (aproximadamente 50% do total da área de divisórias para 02 pavimentos que poderão ser contratados/empenhados), em um único atestado;		
5.3	<table> <tr> <td>Lote 02</td><td>Fornecimento e execução de piso vinílico colado: 430,00m2 (aproximadamente 50% do total da área de piso de 02 pavimentos que poderão ser contratados/empenhados), em um único atestado;</td></tr> </table>	Lote 02	Fornecimento e execução de piso vinílico colado: 430,00m2 (aproximadamente 50% do total da área de piso de 02 pavimentos que poderão ser contratados/empenhados), em um único atestado;
Lote 02	Fornecimento e execução de piso vinílico colado: 430,00m2 (aproximadamente 50% do total da área de piso de 02 pavimentos que poderão ser contratados/empenhados), em um único atestado;		
5.4	<table> <tr> <td>Lote 03</td><td>Pintura em paredes e/ou tetos: 880,00m2 (aproximadamente 50% do total da área de pintura para 02 pavimentos que poderão ser</td></tr> </table>	Lote 03	Pintura em paredes e/ou tetos: 880,00m2 (aproximadamente 50% do total da área de pintura para 02 pavimentos que poderão ser
Lote 03	Pintura em paredes e/ou tetos: 880,00m2 (aproximadamente 50% do total da área de pintura para 02 pavimentos que poderão ser		





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

	contratados/empenhados), em um único atestado;
--	--

6	DILIGÊNCIAS ÀS EMPRESAS LICITANTES
6.1	Poderá ser diligenciado à(s) empresa(s) licitante(s) a comprovação de que o(s) produto(s) a serem ofertado(s) atende(m) às especificações técnicas exigidas, através da indicação do "site" (página eletrônica) para consulta, cópia de catálogo e/ou manual técnico (em português), para permitir a análise e verificação por parte da Contratante.

7	VISTORIA PRÉVIA / CONSULTAS
7.1	<p>A vistoria prévia será facultativa e as empresas interessadas deverão marcar dia e hora para visita aos locais dos serviços, a fim de tomarem conhecimento das condições locais existentes.</p> <p>A visita poderá ser agendada pelo telefone (21) 3218-9088, no horário de 12 às 17h, com a SEPRO (Seção de Projetos), devendo ser realizada por representante da empresa interessada.</p> <p>Não será emitido Atestado de Visita.</p> <p>A existência de qualquer dúvida ou questionamento, por parte da empresa especializada interessada, incluindo divergências, omissões, erros, transgressões às normas técnicas, regulamentos, posturas ou leis em vigor, etc., deverá ser comunicada à Comissão Permanente de Licitação - Seção Judiciária do Rio de Janeiro, por escrito, antes da data fixada para apresentação das propostas.</p>
7.2	<p>Os esclarecimentos e instruções serão prestados pela Contratante, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação a todos os licitantes, mesmo que apenas um os tenha solicitado.</p> <p>O ato de apresentação das propostas pelos licitantes implicará a tácita admissão de que a documentação técnica foi julgada suficiente para o fornecimento e instalação das divisórias, dos pisos e serviços de pintura, conforme especificado.</p>

8	DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA
8.1	As empresas interessadas deverão incluir, em sua proposta, todos os materiais (inclusive transporte, movimentação, classificação, controle, armazenagem etc.) ferramentas e equipamentos (inclusive transporte, embarque, desembarque, montagem/desmontagem, guarda, reparos, manutenções, etc.), e mão de obra (inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, tributos incidentes etc.), e outros serviços indispensáveis à execução dos serviços contratados, tais como, retirada de restos de materiais, transporte, armazenamento e retirada de entulhos, limpeza do local dos serviços e outros, bem como os valores relativos a lucros e despesas indiretas.





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

	<p>O mesmo se aplica a mobilizações, desmobilizações, atrasos por imprevistos, dispositivos de segurança, serviços auxiliares, etc. Eventuais dúvidas a esse respeito, também deverão ser objeto de consultas na fase licitatória, não sendo admitidas, posteriormente, postulações da Contratada que tenham por base interpretações diversas do disposto neste parágrafo.</p> <p>Em sua proposta a empresa deverá considerar os custos para execução das instalações dos equipamentos, inclusive serviços civis, tais como rasgos, recomposições de revestimentos, etc., observando todas as diretrizes deste Termo de Referência e das especificações técnicas.</p> <p>A proposta da empresa deverá considerar todos os cortes e perdas de material para execução de piso e divisória.</p> <p>A licitante deverá levar em consideração na composição do seu custo a necessidade de execução dos serviços que gerem barulhos e cheiros fortes em horários fora do horário normal de expediente, durante o dia até às 12:00hs, devendo os serviços também serem realizados em finais de semana, feriados e em horário noturno, de acordo com as possibilidades operacionais da Contratante.</p> <p>Após a assinatura do contrato/retirada da nota de empenho ficará pressuposta a concordância tácita de todos aqueles documentos constantes do certame licitatório, não cabendo qualquer alegação posterior sobre divergências entre os mesmos.</p>
--	--

9 DIRETRIZES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS		
9.1	Reunião inicial	Até o 5º dia útil após a data de assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, a Contratada deverá comparecer à SJRJ, para realização de reunião para definição das diretrizes operacionais para execução dos serviços.
9.2	Apresentação prévia dos materiais	A Contratada deverá apresentar amostra dos pisos, das divisórias e da tinta esmalte à base de água, fechaduras e dobradiças das portas a serem utilizados, antes do início da instalação, conforme solicitação da Fiscalização para aprovação da Contratante.
9.3	Mobilização	<p>A(s) Contratada(s) deverá(ão) tomar todas as providências necessárias a sua imediata mobilização e início dos serviços, após assinatura do Contrato ou retirada da nota de empenho, de modo que fique claramente demonstrado, à Contratante, o empenho da(s) Contratada(s) no cumprimento das datas contratuais, especialmente de término dos serviços.</p> <p>No período de mobilização serão executados serviços preliminares e adquiridos os materiais para a execução dos serviços empenhados.</p>
9.4	Desocupação dos ambientes	Todos os remanejamentos de mobiliário e das instalações da Justiça Federal, necessários para desocupação dos ambientes, ficarão a cargo da Contratante, uma vez que os imóveis estão ocupados.
9.5	Horários de execução dos serviços	Os horários de carga e descarga deverão ser estabelecidos nos períodos permitidos na localidade, para a realização de tais





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

		<p>atividades, sem prejuízo das atividades regulares do local.</p> <p>Os horários para instalação das divisórias deverão ser realizados em horários fora do horário normal de expediente, durante o dia até às 12:00hs, nos finais de semana e/ou feriados e em horário noturno, para que não haja interferências no funcionamento normal da SJRJ. Caso o serviço de instalação de pisos gere cheiros fortes, também deverá ser executado fora do horário do expediente, nos finais de semana e/ou feriados e em horário noturno.</p>
9.6	Levantamento e conferência de medidas	<p>Previamente à solicitação formal de fornecimento, a(s) Contratada(s) deverá(ão), quando solicitada pela Contratante, realizar levantamento prévio dos quantitativos no local dos serviços, em no máximo 05 dias úteis.</p>
9.7	Segurança do Trabalho - EPIs/EPCs	<p>Os funcionários da(s) Contratada(s) deverão transitar no local dos serviços, devidamente uniformizados e identificados, utilizando os respectivos EPIs, devendo a Contratada dotar o local dos serviços dos EPCs necessários à garantia da segurança, em atendimento à legislação vigente.</p>
9.8	Armazenagem de materiais	<p>É de inteira responsabilidade da(s) Contratada(s) garantir as condições para a perfeita armazenagem de equipamentos e materiais, em locais a serem indicados pela Contratante.</p> <p>Caso seja solicitado pela Contratante, divisórias removidas deverão ser cuidadosamente colocadas em local a ser indicado dentro dos limites do imóvel em que se realizam os serviços.</p>
9.9	Administração dos Serviços	<p>A(s) Contratada(s) confiará(ão) a execução dos serviços requisitados a profissionais devidamente habilitados, ficando a seu cargo o dimensionamento de seu pessoal para a execução dos serviços, devendo utilizar o quantitativo de pessoal compatível com o porte dos mesmos e prazos a cumprir, podendo a Contratante exigir aumento da equipe, sempre que ocorrer descumprimento dos prazos.</p> <p>A execução dos serviços deverá ser acompanhada por representante da(s) Contratada(s), devendo atuar como representante da empresa, responsabilizando-se pelos serviços e por quaisquer entendimentos entre a Contratante e a(s) Contratada(s).</p>
9.10	Fiscalização da Contratante	<p>A execução dos serviços será acompanhada pela Fiscalização da Contratante, que designará como fiscais prepostos seus, com autoridade para exercer, em nome da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, toda e qualquer ação para o fiel cumprimento do contrato.</p>
9.11	Normas Técnicas	<p>Executar os serviços obedecendo a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e outras legislações vigentes.</p>
9.12	Programação dos serviços	<p>A(s) Contratada(s) deverá(ão) apresentar, precedendo ao início dos serviços, a sua programação para a execução dos mesmos, de</p>





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

		acordo com as necessidades da SJRJ.
9.13	Pessoal e Ferramentas	<p>A(s) Contratada(s) deverá(ão) apresentar, até 3 dias úteis precedendo à execução dos serviços, relação de pessoal para sua execução, devidamente identificados através de seus documentos de identidade, devendo ser periodicamente atualizada pela(s) Contratada(s), previamente às alterações que se fizerem necessárias.</p> <p>Deverá ser encaminhada relação de ferramentas e equipamentos, de propriedade da(s) Contratada(s), que serão utilizados no imóvel, durante a execução dos serviços, devendo ser periodicamente atualizada pela(s) Contratada(s) no mesmo prazo supracitado.</p>
9.14	Critérios de Similaridade	<p>O material especificado para os pisos não poderá ser trocado por outro similar por uma questão de padronização de materiais na Justiça Federal. O objetivo a ser alcançado é que os novos materiais a serem instalados seguirão a padronização dos materiais já utilizados no Anexo II do imóvel da Rio Branco, dando unidade estética ao conjunto dos imóveis, além de tornar mais eficiente a manutenção predial.</p> <p>A substituição de um material por outro, se necessário, poderá ser proposta pela(s) Contratada(s) para apreciação pela Contratante, quando houver similaridade total entre os mesmos, mediante justificativa prévia fundamentada, acerca da substituição proposta e devidamente acompanhada de documentação comprobatória da similaridade total existente.</p> <p>Diz-se que dois materiais ou equipamentos apresentam similaridade total se desempenham idêntica função construtiva e apresentam as mesmas características de qualidade, comportamento e funcionamento, incluindo, quando for o caso, o seu enquadramento nas Normas da ABNT específicas.</p> <p>Na ocorrência de similaridade total, a substituição, após previamente autorizada pela Contratante, se processará sem haver compensação financeira, seja em favor da Contratante ou da(s) Contratada(s).</p> <p>Caso os procedimentos acima não sejam cumpridos pela(s) Contratada(s), prevalecerão os padrões originalmente especificados.</p> <p>Na hipótese de dúvidas, a(s) Contratada(s) deverá(ão) providenciar, às suas expensas, ensaios e/ou provas efetuadas no material/equipamento, em laboratório oficial, apresentando laudo técnico que comprove o atendimento às normas técnicas e às especificações.</p>
9.15	Remoção de entulho	<p>A(s) Contratada(s) deverá(ão) manter limpos os locais dos serviços, providenciando a limpeza, remoção e o transporte do entulho produzido pelos serviços e restos de materiais, diariamente, face à necessidade de não prejudicar as atividades dos setores da SJRJ.</p>





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

		<p>Deverá(ão) providenciar os transportes horizontal e vertical, carga e transporte com despejo em vazadouros e/ou locais apropriados, segundo indicações da prefeitura e cumprindo os procedimentos definidos pelo INEA, apresentando à Contratante os dados referentes ao seu cadastro no INEA – Instituto Estadual do Ambiente, assim como os dados do destinador, além de informar as proporções de materiais que serão dispostos nas caçambas.</p> <p>A empresa fornecedora da caçamba metálica deverá ter alvará de funcionamento em dia, bem como atender às demais obrigações legais exigidas pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Deverá também estar cadastrada no sistema Online de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), implantado pelo INEA</p> <p>Toda saída de carga de entulho em caçamba deverá estar registrada no sistema MTR e, ao chegar no destino final, a(s) Contratada(s) deverá(ão) providenciar e acompanhar a emissão do CERTIFICADO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUO – CDF, o que garante a destinação adequada dos resíduos produzidos nesta reforma.</p> <p>A(s) Contratada(s) é(são) responsável(eis) pela correspondência entre o resíduo informado no cadastramento do MTR e o efetivamente enviado ao destinador, sob pena de arcar com os custos referentes à recusa e retirada do material, bem como sua correta destinação.</p> <p>A definição de materiais considerados inservíveis será feita pela Contratante, sem o que a Contratada não poderá retirá-los do canteiro.</p> <p>As caçambas instaladas para recolhimento do entulho ficarão, no máximo, até 48 horas, quando deverão ser removidas/ substituídas, conforme a programação dos serviços.</p>
9.16	Limpeza permanente e final	<p>A(s) Contratada(s) deverá(ão), durante a execução dos serviços, manter uma equipe de limpeza, destinada a conservar o espaço dos serviços limpo, sem obstrução, acúmulo ou espalhamento de entulhos, ou mesmo de produtos a serem utilizados na obra.</p> <p>Estes produtos deverão estar estocados em silos apropriados e o entulho deverá ser retirado regularmente, principalmente os materiais de fácil combustão.</p> <p>Os locais dos serviços deverão apresentar-se organizados, limpos e desimpedidos, notadamente nas vias de circulação, passagens e escadarias.</p> <p>É proibido manter lixo orgânico ou entulho acumulado ou exposto em locais inadequados e é proibida a queima de lixo ou qualquer outro material no interior do espaço dos serviços.</p>





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

		Ao final dos trabalhos, todos os locais da obra que sofrerão intervenção, ou que apenas serão utilizados pela(s) Contratada(s), deverão ser entregues em perfeitas condições de limpeza e conservação, com pisos limpos, esquadrias, vidros, paredes e divisórias existentes em perfeitas condições.
9.17	Reparos e reposições	Quaisquer danos causados pela(s) empresa(s) Contratada(s) a bens móveis ou imóveis da Contratante ou de terceiros durante a execução dos serviços serão de sua inteira responsabilidade, cabendo-lhe todos os ônus dos reparos ou da reposição.

10	FORMA DE REQUISIÇÃO / PRAZO DE EXECUÇÃO	
10.1	Prazo de execução	Até 30 (trinta) dias corridos , a contar do 1º dia útil após a assinatura do contrato/retirada da Nota de Empenho.

11	GARANTIA	
11.1	Prazo de Garantia	A garantia dos serviços prestados será de 01 (um) ano , sendo que qualquer defeito observado dentro do período da garantia deverá ser sanado, pela Contratada, no prazo máximo de 72 horas .

12	PAGAMENTO	
12.1	O pagamento será realizado por contrato/empenho executado em sua totalidade quanto aos serviços de piso, divisórias e pinturas, não sendo efetuados pagamentos parciais por entrega de materiais.	

13	FORMA DE PAGAMENTO	
13.1	O pagamento à Contratada será efetivado por crédito em conta corrente, mediante ordem bancária, cuja data de emissão será considerada como data do pagamento. Para contratações com valor inferior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal e para as de valores superiores ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo.	

14	CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO	
14.1	Recebimento Provisório	Os serviços serão recebidos mediante Termo de Recebimento Provisório nos seguintes casos: 1) Quando o valor da Nota Fiscal for inferior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

		<p>Será concedido antes da apresentação da Nota Fiscal, no prazo de até 03 (três) dias úteis a partir do término dos serviços por completo, após comunicação escrita da Contratada, e após vistoria que comprove a sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, e sem a existência de pendências.</p> <p>2) Quando o valor da Nota Fiscal de Serviços for superior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Será concedido no prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do término dos serviços por completo, após comunicação escrita da Contratada, e após vistoria que comprove a sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, e sem a existência de pendências.</p>
14.2	Recebimento Definitivo	<p>Os serviços serão recebidos definitivamente após verificada sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, através de atesto da nota fiscal e de termo firmado por servidor ou Comissão nomeada pela Administração, no prazo de até 02 (dois) dias úteis para contratações com valor inferior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e em até 05 (cinco) dias úteis para as de valor superior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.</p>

15 PENALIDADES		
<p>Cabem penalidades pelo descumprimento do prazo informado no item 10.1 pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato. A Administração pode aplicar à CONTRATADA as penalidades constantes no Edital de Pregão, bem como as seguintes sanções:</p>		
15.1	Advertência	<p>Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.</p>
15.2	Multa	<p>15.2.1 - 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor inadimplido em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;</p> <p>15.2.2 - 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor inadimplido, em caso de atraso na execução do empenho, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;</p> <p>15.2.3 - 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado no empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;</p> <p>15.2.4 - 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do empenho, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo:</p>





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do empenho
2	0,4% ao dia sobre o valor do empenho
3	0,8% ao dia sobre o valor do empenho
4	1,6% ao dia sobre o valor do empenho
5	3,2% ao dia sobre o valor do empenho

Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Recusar-se a refazer serviço não aprovado pela fiscalização; por serviço e por dia;	02
2	Recusar-se a substituir material em desconformidade com o Termo de Referência; por ocorrência	02
3	Descumprir as exigências para descarte dos materiais estabelecidos no item 9.15 do Termo de Referência; por ocorrência	04
Para os itens a seguir, deixar de:		
1	Apresentar os materiais previamente à execução, conforme item 9.2 do Termo de Referência; por dia;	02

16	CONSIDERAÇÕES FINAIS
16.1	A Justiça Federal de 1º Grau – Seção Judiciária do Rio de Janeiro considera que a documentação fornecida contém todas as informações e orientações necessárias à elaboração da proposta e à execução integral dos serviços.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2020



Assinado com senha por LIANA BEZERRA FERNANDES, FLAVIO ROITMAN, FERNANDO SEBASTIAO LUTTERBACH RIKER BRANCO e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.
Documento Nº: 2789515.25652798-262 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2789515.25652798-262>



JFRJSEC202000009A



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Fernando Sebastião Lutterbach Riker Branco

Analista Judiciário/Arquitetura

Liana Bezerra Fernandes

Supervisora da SEPRO

Flavio Roitman

Coordenador da CPEO

Cláudia Mesquita Rezende Rangel

Diretora da SIE



Assinado com senha por LIANA BEZERRA FERNANDES, FLAVIO ROITMAN, FERNANDO SEBASTIAO LUTTERBACH RIKER BRANCO e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.
Documento Nº: 2789515.25652798-262 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2789515.25652798-262>



JFRJSEC202000009A



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO A

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

PAINÉIS DIVISÓRIOS, PORTAS E FERRAGENS – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	
A1	<p>Porta de divisória, perfis em aço, revestida em chapa Formidur BP, laminado de baixa pressão, cor branco max e miolo incombustível Isoplan-Fibraroc ou similar</p> <p>Porta divisória (82X211cm) com miolo incombustível tipo Isoplan-Fibraroc, fabricação ICP ou similar, revestida em chapa Formidur BP, laminado de baixa pressão, na cor branco max, marca Eucatex ou similar. Porta com espessura final de 35mm, requadrada em perfis em aço com acabamento na cor branco neve, completa, sistema Divilux, ou similar, com um conjunto de 01 (uma) fechadura fabricação Arouca ou similar, 4010/55 externa, tráfego intenso, 2 maçanetas, 2 rosetas, 2 entradas, modelo Reta ref.: 10.84.34 Z, acabamento cromado. Cada folha de porta será fixada com 03 (três) dobradiças cromadas 3.1/2"X2.1/4" para porta de divisória, marca Lockwell ou similar- fornecimento e instalação.</p>
A2	<p>Divisória em painéis cegos, montantes duplos e rodapés duplos em perfis em aço, revestida em chapa Formidur BP, laminado de baixa pressão, na cor branco max e miolo incombustível tipo Isoplan-Fibraroc ou similar</p> <p>Divisórias em painéis cegos, 35mm de espessura, com miolo incombustível tipo Isoplan-Fibraroc, fabricação ICP ou similar, revestida em chapa Formidur BP, laminado de baixa pressão, na cor branco max, com montantes duplos e rodapés duplos em perfis em aço com acabamento na cor branco neve, sistema Divilux, marca Eucatex, ou similar – fornecimento e instalação.</p>
A3	<p>Desmontagem e retirada com bota-fora de divisórias.</p> <p>Desmontagem de divisórias existentes (divisórias em estrutura de aço naval, miolo de colmeia ou vemiculita, cega ou painel/vidro/painel), adotando os cuidados necessários para não danificar os materiais e os revestimentos adjacentes, como o forro de gesso e o laminado de parede. Após, deverão ser removidas com bota-fora de acordo com os critérios estabelecidos nas Diretrizes, item "9" do presente Termo de Referência).</p>
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PISO VINÍLICO	
A4	<p>Fornecimento e instalação de piso vinílico, linha Rocky, ref. 303-KBW 8651, padrão Dali, dimensão 121,92 x 17,78 cm, espessura 3mm, fabricação Belgotex do Brasil ou similar, inclusive retirada de pisos em carpete, vinílico e laminado existentes, com despejo em bota-fora, preparação de base, inclusive de piso Korodur existente e colagem</p>



Assinado com senha por LIANA BEZERRA FERNANDES, FLAVIO ROITMAN, FERNANDO SEBASTIAO LUTTERBACH RIKER BRANCO e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.
Documento Nº: 2789515.25652798-262 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2789515.25652798-262>



JFRJSEC202000009A



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

	<p><u>1- Retirada de carpete/piso laminado e preparação base do piso em Granilite e Korodur:</u></p> <p>Retirada de piso em carpete, vinílico e laminado melamínico em áreas de trabalho, incluindo a remoção de todos os materiais aplicados, bem como todo o resíduo (ex: cola, cera...) que possam existir proveniente da instalação ou colocação dos mesmos. Este procedimento visa deixar o local que receberá o novo revestimento em perfeitas condições para o novo serviço até chegar-se ao contrapiso existente.</p> <p>O piso em Granilite ou Korodur deverão ser preparados com lixamento para apresentarem a porosidade necessária, devendo resultar em superfície com as seguintes características</p> <ul style="list-style-type: none"> - Limpa (livres de restos de massa, gesso, pedaços soltos, marcas de tinta, graxas, óleos e outros tipos de sujeira). - Base nivelada de acordo com as indicações do fabricante; - Base devidamente seca firme e curada; - <p><u>2- Regularização / recomposição de contrapiso / preparação da base, caso necessário, para instalação do piso vinílico:</u></p> <p>Listados procedimentos a serem seguidos no tratamento do contrapiso, caso necessário, para instalação do piso vinílico:</p> <p><u>CONTRAPISO:</u> quando apresentar depressões, irregularidades, desagregação de materiais, deverá ser aplicada uma camada de massa de regularização com cimento e areia, traço 1:3, desempenada e acamurçada, com espessura ≥ 2cm e caimento, se necessário, respeitando o tempo de cura necessário.</p> <p>Deverá ser respeitado o nível do contrapiso existente.</p> <p>No caso de contrapiso em mau estado ou desagregado, este deverá ser demolido e tratado como indicado acima.</p> <p>As áreas de contrapiso que se encontrarem esfarelado, fofas ou em mau estado deverão ser retiradas até a laje para posterior recomposição. Considerar a necessidade de regularização de contrapiso de até 20% da área de piso existente.</p> <p><u>MASSA DE REGULARIZAÇÃO:</u> Quando o contrapiso apresentar depressões, irregularidades ou imperfeições não profundas, é indicado a aplicação de uma camada de massa de regularização feita com areia e cimento na proporção de 3:1, desempenada e não queimada, com pelo menos 2cm de espessura e caimento, se houver necessidade. O tempo de cura desta massa é de aproximadamente 7 dias por centímetro de espessura.</p> <p><u>MASSA DE PREPARAÇÃO:</u> Para correção da aspereza da superfície, poderá ser utilizada a Planiprep SC, fabricação Mapei ou similar. Para pequenas</p>
--	--





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

	<p>regularizações, até 10mm, poderá ser utilizada Ultraplan Eco, fabricação Mapei ou similar, de acordo com as indicações do fabricante.</p> <p>3 - <u>Aplicação do adesivo</u>: Utilizar adesivo Ultrabond Eco 4 LVT, marca Mapei ou similar. Deverão ser rigorosamente observadas as recomendações do fabricante. O adesivo deverá ser devidamente homogeneizado antes de sua utilização e os ambientes, bem ventilados.</p> <p>4 – <u>Colocação do revestimento</u>: Deverá ser utilizada paginação de acordo com orientação da fiscalização da Contratada.</p> <p>5 – <u>Tomadas e caixas de passagem nas placas de piso</u>: Deverão ser adotados os cuidados necessários para que o encontro/recorte das tomadas junto ao piso colocado resulte em perfeito acabamento. Acabamento de tomadas e tampas de caixa de passagem devem ser retiradas para a execução do piso e posteriormente recolocadas.</p> <p>6 – <u>Retirada, recorte e reinstalação de portas</u>: Caso seja necessário, as portas de madeira deverão ser recortadas e reinstaladas para se adequarem à maior espessura do piso.</p> <p>7 – <u>Retirada e reinstalação de soleira de chapa de aço inox na entrada de elevadores</u>: A Contratada deverá retirar a chapa de aço inox, quando de sua existência, para instalar o piso vinílico. Posteriormente a instalação do piso, a chapa de aço deverá ser recolocada, de forma a haver acabamento perfeito e que eventuais desníveis entre o piso e a entrada dos elevadores sejam compensados. Anteriormente à sua execução, tal intervenção deverá ser aprovada pela fiscalização da Contratante.</p> <p>8 – <u>Colocação de Fita Americana Metálica, na cor prata</u>: Nos desníveis de piso, na junção do novo piso com pisos antigos e passagem de portas, instalar fita americana metálica na cor prata.</p>
SERVIÇO DE PINTURA	
A5	<p>Pintura com tinta esmalte sintético solúvel em água, acabamento acetinado, Esmalte Seca Rápido marca Suvinil ou similar, aplicado sobre laminado melamínico existente, após preparação da base e aplicação de Fundo Seca Rápido, marca Suvinil ou similar.</p> <p>A pintura deverá ser feita com tinta esmalte sintético, base de água, Suvinil – SECA RÁPIDO – ESMALTE PREMIUM, ou similar, acabamento acetinado, cor branco neve, nos laminados na cor ovo e saibro, após a execução do Fundo Seca Rápido, ou similar. Aplicar a tinta com rolo de espuma ou através de pistola. Serão aplicadas pelo menos duas demãos, ou até resultar em recobrimento com uniformidade na tonalidade.</p> <p>As superfícies a serem pintadas deverão receber preparação adequada, como:</p> <p>1- limpeza da superfície, com eliminação de toda gordura e sujeiras:</p>





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

	<p>2- Lixamento propiciando superfície fosca onde será aplicada a pintura;</p> <p>3- Executar aplicação de Fundo Seca Rápido da marca Suvinil ou similar sobre a superfície a ser pintada;</p> <p>4- Caso a Fiscalização entenda adequado, quando da existência de pequenas rachaduras, furos e trincas na superfície a ser pintada, estas deverão receber aplicação de massa acrílica para regularização e posterior lixamento adequado para recebimento de pintura;</p> <p>5- Na existência de superfícies danificadas, como chapas de laminado quebradas e argamassa desagregada, deverão ser adotados os procedimentos necessários para correção dos danos, quais sejam: recuperação do emboço e substituição da folha de laminado.</p> <p>5.1 – Após a remoção do emboço o novo emboço será executado com argamassa de cimento e areia, traço 1:4. Como plastificante, poderá ser utilizado o produto VEDALIT, fabricação otto baumgart, ou similar, não sendo admitido o uso de saibro ou cal. O acabamento será desempenado, plano e acamurçado para aplicação de massa acrílica e pintura ou base para revestimento em laminado melamínico;</p> <p>5.2 – A substituição de chapas de laminado melamínico deverá seguir o padrão existente e ser, posteriormente, pintado, visando a uniformidade do acabamento, após a aplicação da pintura. A base para aplicação do laminado terá substrato em massa de cimento, água e cola PVA Cascorez, fabricação Albaquímica ou similar (1 kg de cimento, 450 ml de água e 150 g de cola PVA), alisada com desempenadeira de aço, posteriormente a colagem dos painéis será com aplicação de cola de contato, marca Fórmica, ou similar, nas superfícies do laminado e da parede.</p> <p>6- Precedendo à execução da pintura sobre paredes revestidas em laminado, deverão ser observados os procedimentos de proteção dos armários, canaletas, quadros de energia com fita crepe, e com lona plástica presa com fita crepe, de forma a evitar salpicos de tinta, para os aparelhos switches;</p>
A6	<p>Pintura com tinta esmalte sintético solúvel em água, acabamento acetinado, Esmalte Seca Rápido marca Suvinil ou similar, aplicado sobre forro removível, perfis e bordas de luminárias, marca Suvinil ou similar</p> <p>Será aplicada pintura com tinta esmalte sintético solúvel em água, acabamento acetinado, Esmalte Seca Rápido, marca Suvinil, ou similar, sobre forro removível, perfis metálicos e luminárias, a ser aplicado com rolo de espuma ou através de pistola. Serão aplicadas pelo menos duas demãos, ou até resultar em recobrimento com uniformidade na tonalidade. Cada demão só poderá ser aplicada quando a precedente estiver totalmente seca.</p> <p>Serão adotadas precauções especiais no sentido de evitarem salpicadas de tinta em superfícies não destinadas a pintura. Todos os salpicos que não puderem ser evitados deverão ser removidos pela Contratada.</p>





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

	<p>Todos os elementos e revestimentos existentes nos locais de execução dos serviços deverão ser protegidos por lona plástica para tal fim, com características de espessura e continuidade, suficientes para prover a necessária segurança. Utilizar fita adesiva adequada para fixar as lonas junto aos elementos verticais.</p> <p>As placas de forros a serem pintados, deverão ser devidamente preparados, quando necessário, sendo lixadas, limpas, secas, lisas e planas, isentas de graxa, óleo, cera, resina, sais solúveis, ferrugem e poeira, de maneira a resultar acabamento homogêneo. A porosidade, quando exagerada, e as irregularidades deverão ser corrigidas.</p> <p>Forros de gesso quebrados ou pequenos trechos sem forro deverão ser substituídos e completados com pedaços de placas de gesso que deverão ser instaladas de forma rigorosamente alinhada com o forro em placa atual.</p> <p>PINTURA ESMALTE BASE EM ÁGUA EM LUMINÁRIAS NAS ÁREAS DE TRABALHO</p> <p>Precedendo à execução da pintura das luminárias, deverá ser feito um tratamento que corresponde aos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Limpeza e lixamento das superfícies a serem pintadas, com remoção de sujeiras e gordura, propiciando superfície fosca a ser pintada; - Aplicação de pintura em tinta esmalte sintético, base de água, Suvinil – SECA RÁPIDO – ESMALTE PREMIUM, ou similar, acabamento acetinado, cor branco neve. Aplicar a tinta com rolo de espuma ou pistola. Serão aplicadas pelo menos duas demãos, ou até resultar em recobrimento com uniformidade na tonalidade. <p>As luminárias que possuem fundo aluminizado não serão pintadas, apenas as bordas brancas aparentes.</p>
--	---





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO B

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – EM BRANCO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PR. UNIT.	PR. TOTAL
1	LOTE 1 - PAINÉIS DIVISÓRIOS, PORTAS E FERRAGENS – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO				
1.1	Porta de divisória, perfis em aço na cor branco neve, revestida em chapa Formidur BP, laminado de baixa pressão, cor branco max e miolo Incombustível Isoplan-Fibraroc, ou similar (ver item A1 do Anexo A)	un	184		
1.2	Divisória em painéis cegos, montantes duplos e rodapés duplos em perfis em aço na cor branco neve, revestida em chapa Formidur BP, laminado de baixa pressão, cor branco max e miolo Incombustível, tipo Isoplan-Fibraroc, ou similar (ver item A2 do Anexo A)	m2	2472		
1.3	Desmontagem e retirada com bota-fora de divisórias. (ver item A3 do Anexo A)	m2	2469		
	TOTAL LOTE 01				
2	LOTE 2 - PISO VINÍLICO – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO				
2.1	Fornecimento e instalação de piso vinílico, linha Rocky, ref. 303-KBW 8651, padrão Dali, dimensão 121,92 x 17,78 cm, espessura 3mm, fabricação Belgotex do Brasil, inclusive retirada de pisos em carpete, vinílico e laminado existentes, com despejo em bota-fora, preparação de base, inclusive de piso tipo korodur ou granilite, existentes, e colagem (ver item A4 do Anexo A)	m2	3900		
	TOTAL LOTE 02				
3	LOTE 3 - SERVIÇO DE PINTURA				
3.1	Pintura com tinta esmalte sintético solúvel em água, acabamento acetinado, Esmalte Seca Rápido marca Suvinil ou similar, aplicado sobre laminado melamínico existente, após preparação da base e aplicação de Fundo Seca Rápido, marca Suvinil ou similar (ver item	m2	3560		



Assinado com senha por LIANA BEZERRA FERNANDES, FLAVIO ROITMAN, FERNANDO SEBASTIAO LUTTERBACH RIKER BRANCO e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.
Documento Nº: 2789515.25652798-262 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2789515.25652798-262>



JFRJSEC20200009A



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

	A5 do Anexo A)				
3.2	Pintura com tinta esmalte sintético solúvel em água, Esmalte Seca Rápido, acabamento acetinado, marca Suvinil ou similar, para tetos, forro removível, proteção com lona plástica nas superfícies adjacentes e pisos. Inclusive pintura de perfis e bordas de luminárias, conforme especificações técnicas (ver item A6 do Anexo A)	m2	5300		
	TOTAL LOTE 03				
	TOTAL LOTES 01, 02 e 03				



Assinado com senha por LIANA BEZERRA FERNANDES, FLAVIO ROITMAN, FERNANDO SEBASTIAO LUTTERBACH RIKER BRANCO e CLAUDIA MESQUITA REZENDE RANGEL.
Documento Nº: 2789515.25652798-262 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2789515.25652798-262>



JFRJSEC202000009A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-202.../.....

1/5

MINUTA PADRÃO CONTRATO DE FORNECIMENTO REGISTRO DE PREÇO COM GARANTIA

TERMO DE CONTRATO Nº ____/20__ PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PAINÉIS DIVISÓRIOS E RESPECTIVAS PORTAS, PISO VINÍLICO E EXECUÇÃO DE PINTURAS, QUE FIRMAM A JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA _____.

A Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro, com sede na Av. Almirante Barroso, 78, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ sob o nº 05.424.540/0001-16, neste ato representada pelo Juiz Federal – Diretor do Foro, na forma da legislação, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada neste ato pelo Sr(a). _____, identidade nº _____, CPF: _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o constante e decidido no referido Processo Administrativo, em consequência do Pregão Eletrônico nº ____/20__, fundamentado na Lei nº 10.520/02, Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 1024/19, Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, Lei nº 12.846/13, Decreto nº 7.892/13, firmam o presente Contrato, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 - Fornecimento e instalação de painéis divisórios e respectivas portas, piso vinílico e execução de pinturas, conforme Termo de Referência do Edital do Pregão acima referenciado, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO E SERVIÇOS:

2.1 - A Contratada fará a entrega do material e a execução do serviço no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do 1º dia útil seguinte à assinatura pela Contratante, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93;

2.2 - O material será entregue e o serviço prestado no prédio localizado na _____, e recebido por servidores/Comissão designados pela Justiça Federal;

2.3 - Os serviços deverão ser realizados fora do horário normal de expediente, ou seja, durante o dia até às 12:00 h, nos finais de semana e/ou feriados e em horário noturno, em conformidade com o disposto no item 9.5 do Termo de Referência, de forma a minimizar interferências com as atividades desenvolvidas nos prédios da Justiça Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO:

3.1 - A Contratante pagará à Contratada pelo fornecimento, instalação e pintura, objeto deste Contrato, o valor global de R\$ _____ (_____), inclusos todos os impostos e taxas vigentes, conforme tabela seguir:

Classificação documental: 30.01.02.00



Assinado com senha por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 2789515.25718893-5493 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2789515.25718893-5493>



JFRJSEC202000009A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-202.../.....

2/5

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO:

4.1 - O pagamento à Contratada será efetivado por crédito em conta corrente, mediante ordem bancária, cuja data de emissão será considerada como data do pagamento. Para contratação com valor inferior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal e para valores superiores, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições dos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e instruções normativas vigentes;

(a ser ajustado conforme valor da NE)

4.2 - Ficam determinadas neste Contrato as demais condições dispostas no item 13 do Edital do Pregão mencionado no preâmbulo.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:

5.1 - O presente Contrato terá vigência de 75 (setenta e cinco) dias, a partir do 1º dia útil seguinte à data da assinatura pela Contratante, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, parágrafo 1º, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO:

6.1 - Provisoriamente, no prazo de até 03 (três) dias úteis a partir do término dos serviços quando o valor da Nota Fiscal for inferior ao estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e para valores superiores em até 10 (dez) dias a partir do término dos serviços e da comunicação escrita da Contratada, nos termos do subitem 15.1 do Termo de Referência;

6.2 - Definitivamente após verificada sua conformidade com as especificações constantes no Edital do Pregão, no prazo de até 02 (dois) dias úteis para contratação com valor inferior ao estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e, para valores superiores, em até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento provisório, conforme estabelecido no subitem 15.2 do Termo de Referência.

(a ser ajustado conforme valor da contratação)

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados à Seção Judiciária do Rio de Janeiro, conforme o especificado a seguir:

Programa de Trabalho:
Elemento de Despesa:
Nota de Empenho:

Classificação documental: 30.01.02.00



Assinado com senha por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 2789515.25718893-5493 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2789515.25718893-5493>



JFRJSEC20200009A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-202../.....

3/5

CLÁUSULA OITAVA- DA GARANTIA CONTRATUAL:

8.1 – A Contratada prestará garantia contratual nos termos do art. 56, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, no valor de R\$ _____, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, em até 15 (quinze) dias úteis da assinatura do mesmo.

8.2 – Caso a garantia contratual seja apresentada sob a forma de seguro-garantia ou fiança bancária, o documento pertinente deverá cobrir, durante o prazo de execução contratual, qualquer descumprimento por parte da Contratada, bem como que, no caso de rescisão do Contrato por motivo de inexecução, a Contratante terá o prazo de até 90 (noventa) dias da publicação da rescisão para acionar a garantia.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1 - Entregar o material, conforme discriminado na Especificação do Pregão mencionado no preâmbulo, que integra o presente ajuste;

9.2 - Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as obrigações e as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do Pregão mencionado no preâmbulo;

9.3 - Responder por qualquer acidente que venha a ocorrer com seus empregados, adotando todas as providências estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, e por danos que estes provoquem à Justiça Federal ou a terceiros, não excluindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

9.4 - Arcar com todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social trabalhista em vigor relativos a seus funcionários, visto que os mesmos não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;

9.5 - Assumir todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, civis ou penais, relacionados à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência, decorrentes do presente Contrato;

9.6 - Arcar com todas as despesas referentes ao suporte de serviços, durante o prazo de garantia, bem como pelo transporte de técnicos e equipamentos necessários ao cumprimento do presente contrato, sem ônus para a Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1 - Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

10.2 - Exigir a substituição de qualquer material entregue ou serviço prestado em desacordo com as Especificações do Pregão mencionado no preâmbulo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO DE GARANTIA:

11.1 - O prazo de garantia dos serviços prestados é de 01 (um) ano, contado do recebimento definitivo do mesmo, nos termos do item 12.1 do Termo de Referência.

Classificação documental: 30.01.02.00



Assinado com senha por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 2789515.25718893-5493 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2789515.25718893-5493>



JFRJSEC20200009A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-202.../.....

4/5

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

12.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA QUARTA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1 - Aplica-se o disposto no art. 109 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES:

14.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações, dentro das condições estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades dispostas no item 12 do Edital do Pregão e no item 15 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

15.1 - Fazem parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Pregão nº /20 e seus anexos.
- b) Proposta da Contratada apresentada em / /20 .

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1 - O Contrato poderá ser aditado nos termos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas;

16.2 - A inadimplência da Contratada, com referência a encargos sociais, comerciais e fiscais, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Contratante, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;

16.3 - A Contratada poderá ser responsabilizada pelo pagamento, a título de indenização, da despesa com a publicação no Diário Oficial da União, nos casos de rescisão contratual unilateral e demais penalidades, de acordo com o parágrafo 1º do art.109 da Lei nº 8.666/93, c/c art. 416 do Código Civil;

16.4 - É vedado à Contratada empregar cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, inclusive, de ocupantes de funções de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados à Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Classificação documental: 30.01.02.00



Assinado com senha por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 2789515.25718893-5493 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2789515.25718893-5493>



JFRJSEC202000009A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO JFRJ-EOF-202.../.....

5/5

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO:

17.1 - O presente contrato será publicado, pela Contratante, no Diário Oficial da União, na forma de extrato, de acordo com o que determina do parágrafo Único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93 e no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região, em conformidade com a Portaria nº RJ-PGD-2010/028 de 10/03/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO:

18.1 - Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, fica eleito o Foro da Justiça Federal do Rio de Janeiro.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

Osair Victor de Oliveira Junior
Juiz Federal – Diretor do Foro
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO RIO DE JANEIRO

Representante
EMPRESA

Classificação documental: 30.01.02.00



Assinado com senha por ROBERTA SANTOS SILVA DE ABREU.
Documento Nº: 2789515.25718893-5493 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action?n=2789515.25718893-5493>



JFRJSEC202000009A